 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 040. Fronteiras, saúde, gênero e sexualidade: conexões, deslocamentos e alteridades corporais, espaciais, temporais

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Coordenador/a

O GT visa aglutinar pesquisas que reflitam sobre fronteira, sa?de, g?nero e sexualidade a partir de contextos espaciais, temporais ou corporais imaginados como marginais, fronteiri?os ou minorit?rios, ou que remetam a problematiza?es, conex?es laterais ou transforma?es acerca de centros ou arranjos majorit?rios. Nesse marco relacional, interessa pensar as experi?ncias de sujeitos e grupos sociais a partir da intersec??o com outras categorias de diferencia??o: etnia, regi?o/proced?ncia, gera??o, classe, escolariza??o, orienta??o sexual, religi?o, ra?a/cor. Estamos atentos, tamb?m, a quest?es como tr?nsitos, deslocamentos, circula??o, fluxos migrat?rios e processos de (des/re)territorializa??o e fronteiriza??o, relacionados com agenciamentos de sa?de, de g?nero e sexualidade. Al?m de pesquisas sobre "mobilidades", s?o bem-vindas pesquisas que abarquem a constru??o social do desejo, do cuidado, do adoecimento e do g?nero em ?outros geogr?ficos?, ?entre-cidades?, "zonas? e contextos rurais, priorizando aqueles lugares que est?o atravessados pela sua nomea??o como fronteiras, margens ou periferias. O GT tem o intuito de melhor compreender as multiplicidades de formas e sentidos da sa?de (processos de adoecimento, cuidado e morte), do g?nero e da sexualidade, em articula??o com processos territoriais "menores".

Tecendo redes: gênero, cuidado e estado na periferia de São Paulo

Autoria: Milena Mateuzi Carmo

Este texto apresenta reflexões preliminares de minha pesquisa de doutorado, ora em andamento, que busca compreender como as mulheres moradoras de espaços segregados da periferia da cidade de São Paulo vivenciam a produção destes territórios. Construo minha argumentação a partir da leitura de works que identificam uma atuação cada vez mais violenta e repressiva por parte do Estado nestas periferias, sobretudo através do crescimento de ações violentas por parte da polícia e do aumento do encarceramento cujo alvo principal são homens jovens negros. Neste contexto, procuro entender como este processo de produção de território afeta homens e mulheres de modos distintos e contribui para o surgimento de agenciamentos e resistências também generificadas. A partir do work de campo com algumas famílias que tiveram um ou mais membros assassinados ou presos, venho observando que enquanto os homens são alvos diretos destas violências, as mulheres assumem o protagonismo do cuidado. Cuidado esse que não se restringe ao âmbito doméstico, mas que se reproduz em várias dimensões do público. Isto é, as mulheres seriam responsáveis tanto pelo cuidado no que se refere ao afeto e à administração cotidiana da casa, como também estariam presentes em diversos espaços públicos negociando com setores do Estado, com tráfico de drogas e com ativismos locais, buscando assim, lidar com os efeitos destas violências que atingem diretamente os homens da família. Minha hipótese é a de que essa tarefa do cuidado, por um lado, é experimentado como sobrecarga que geraria o repetido adoecimento, sobretudo emocional, como venho observando em meu campo. Contudo, por outro, é também vivido como sentido de vida, o motivo pelo qual muitas mulheres encontram para continuar vivendo em meio a tanto sofrimento, como muitas delas afirmam. Meu argumento é o de que essas mulheres, no protagonismo do cuidado, tendem a tecer redes compostas predominantemente por outras mulheres, já que são elas a maioria tanto nas políticas sociais locais (assistentes sociais, psicólogas, educadoras, etc), quanto no ativismo que denuncia a violência do Estado na periferia (hoje organizado em torno da chamada luta contra o genocídio da juventude negra e pobre). Neste processo, estariam não apenas produzindo-se a si mesmas, mas também teceriam redes que entrelaçam mundo privado e público, onde

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> família, vizinhança, ativismo e o próprio Estado são acionados como forma de mitigar os efeitos destas violências. Neste sentido, raça, classe e gênero seriam os marcadores sociais da diferença que não apenas produziriam desigualdades, violências e o próprio território, como também constituiriam a gramática a partir da qual se produzem agenciamentos e resistências.
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**